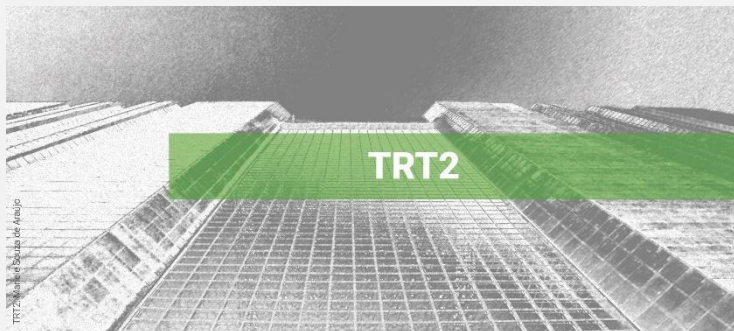


INFORMATIVO TRT2

Atos normativos da semana

N. 29

Período: 20 a 24 jul. 2026



Ato n. 3/GP.VPJ, de 16 de julho de 2026
Institui o Programa de Análise Prévia Padronizada de Incidentes PAPPI, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, como canal institucional facultativo para encaminhamento de hipóteses temáticas com potencial de formação de precedentes qualificados.

Edital de concurso de remoção n. 9, de 13 de julho de 2026. Proad n. 33933/2026

Comunica abertura de concurso de remoção para provimento do cargo de Juiz Titular da 13ª Vara do Trabalho de São Paulo.

Ato n. 42/GP, de 16 de julho de 2026

Revoga o Ato n. 6/GP, de 29 de fevereiro de 2008, que institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Recursos Humanos do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Comunicado n. 4/GP, de 17 de julho de 2026

Altera o Comunicado n. 2/GP, de 24 de janeiro de 2025, para incluir os integrantes da Seção Especializada em Uniformização da Jurisprudência Regional - SUR, em suas composições plenas ou nas suas subseções, na forma que especifica.

Portaria n. 13/CR, de 17 de julho de 2026

Indica as Unidades Judiciárias que participarão do Programa “Recuperação de Vara do Trabalho” do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região – 4º Ciclo de Mentoria 2026 e designa os(as) Mentores(as) responsáveis, dentre outras providências.

Portaria n. 37/DGA, de 17 de julho de 2026

Designa servidores para atuarem como Gestores e Fiscais dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Ato n. 43/GP, de 20 de julho de 2026

Altera o Ato n. 74/GP, de 3 de dezembro de 2024, para incluir membro na equipe de homologadores do sistema PJe, na forma que especifica.

Órgãos de Interesse

TST

Ato n. 381/SEGJUD.GP, de 16 de julho de 2026

Divulga os novos valores referentes aos limites de depósito recursal previstos no artigo 899 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Portaria n. 315/CNJ, de 13 de julho de 2026

Institui a Câmara de Apoio Técnico da Comissão Nacional de Soluções Fundiárias, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.

Instrução Normativa n. 35/CNJ, de 16 de julho de 2026

Dispõe sobre a disciplina, a estrutura, a utilização e a manutenção da Tabela Remuneratória Unificada (TRU), prevista na Resolução n. 681/CNJ, de 28 de maio de 2026, que institui a obrigatoriedade da emissão de contracheque único no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário.

Provimento n. 241/CNJ, de 16 de julho de 2026

Institui a Política Nacional de Governança Remuneratória do Poder Judiciário, disciplina o Sistema de Governança do Teto Constitucional – SISTETO, estabelece o procedimento nacional de conformidade remuneratória, dispõe sobre a auditoria preventiva da remuneração da magistratura e dá outras providências.

Provimento n. 242/CNJ, de 21 de julho de 2026

Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149/CNJ, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre a organização da base de dados nacional do Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas, disciplinar o fluxo informacional registral, instituir os identificadores nacionais dos atos registrares (NNP e MN-RTDPJ) e estabelecer diretrizes de publicidade, monitoramento, fiscalização e governança de dados.

Provimento n. 243/CNJ, de 21 de julho de 2026

Altera o Provimento n. 213/CNJ, de 20 de fevereiro de 2026, que dispõe sobre os padrões mínimos de tecnologia da informação e comunicação dos serviços notariais e de registro, para modificar os critérios de enquadramento das serventias e os prazos de implementação, e dá outras providências.

Provimento n. 244/CNJ, de 22 de julho de 2026

Regulamenta os critérios para constituição, apuração, atualização, registro, auditoria e pagamento de passivos funcionais decorrentes da conversão em pecúnia de licenças compensatórias.

Presidência da República

Portaria Interministerial n. 216/SG.PR.MTE.MPS.MS.MJSP.MEMP, de 21 de julho de 2026

Institui o Comitê Interministerial de Monitoramento das Ações para Trabalhadores por Aplicativos com a finalidade de propor, integrar e monitorar ações, políticas e programas voltados aos trabalhadores por aplicativos.

Advocacia-Geral da União

Portaria Normativa n. 97/PGF.AGU, de 20 de julho de 2026

Estabelece, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, normas complementares à Portaria Normativa n. 213/AGU, de 31 de março de 2026, que dispõe sobre a transação por adesão no contencioso de relevante e disseminada controvérsia jurídica de que trata o Capítulo III da Lei n. 13.988, de 14 de abril de 2020, na cobrança de créditos inscritos na dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais.

Conselho Federal de Fonoaudiologia

Resolução n. 836/CFFa, de 20 de junho de 2026

Dispõe sobre a regulamentação do uso da eletroestimulação por fonoaudiólogos.

Poder Legislativo

Lei n. 15.471, de 20 de julho de 2026

Institui a Estratégia Nacional de Saúde do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (Ensceis); e altera a Lei n. 6.360, de 23 de setembro de 1976, a Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e a Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde).

Lei n. 15.472, de 21 de julho de 2026

Altera a Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil), a fim de explicitar a natureza alimentar dos honorários advocatícios.

Ministério do Planejamento e Orçamento

Portaria n. 306/SOF.MPO, de 17 de julho de 2026

Altera a Portaria n. 176/SOF.MPO, de 12 de maio de 2026, que estabelece procedimentos e prazos para a elaboração das propostas orçamentárias para o Projeto de Lei Orçamentária de 2027, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, a serem observados pelos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público da União e pela Defensoria Pública da União, e dá outras providências.

Ministério da Fazenda

Resolução n. 493/CNSP, de 17 de julho de 2026

Dispõe sobre os corretores de seguros, as entidades autorreguladoras do mercado de corretagem e as instituições de ensino credenciadas a realizar curso ou exame de corretores de seguros.

Ministério do Trabalho e Emprego

Portaria n. 1.316/MTE, de 21 de julho de 2026

Altera a Portaria n. 671/MTP, de 8 de novembro de 2021, que regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho.

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Resolução n. 3/MDHC, de 16 de julho de 2026

Recomenda ao Presidente da República a regulamentação do Sistema Nacional de Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência e do Instrumento de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBr-M).

Conselho Federal de Odontologia

Resolução n. 297/CFO, de 21 de julho de 2026

Dispõe sobre a vedação do uso do polimetilmetacrilato (PMMA) como substância preenchedora injetável para fins exclusivamente estéticos no âmbito do exercício da Odontologia, e dá outras providências.

Ministério da Previdência Social

Portaria Interministerial n. 15/MPS.MS, de 3 de julho de 2026

Altera a Portaria Interministerial n. 22/MTP.MS, de 31 de agosto de 2022, para incluir a gestação de alto risco no rol de doenças e afecções que isentam de carência a concessão de benefícios por incapacidade no âmbito do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Avenida Paulista, 2064 - 20º andar - Centro

CEP: 01310-200 - São Paulo/SP

Tel: (11) 3150-2314

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial,
Normativa e Documental



Basis TRT2

Revista do Tribunal